

## **MASSACRE, MEMÓRIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO:** uma aposta metodológica entre Canudos e Osasco

**BARZAGHI, Lou Clara**  
UNIFESP  
clarabarzaghi2@gmail.com

### **EIXO TEMÁTICO 3: Representações, Memória e Preservação do Urbano**

#### **RESUMO**

Este artigo investiga a relação entre massacre, memória e produção do espaço urbano no Brasil a partir da chacina de Osasco e Barueri, ocorrida em 2015. Em vez de tratá-la como evento excepcional, propõe-se compreendê-la como atualização de uma lógica histórica que inscreve determinados corpos e territórios como passíveis de violência. Para desenvolver essa hipótese, o texto retoma o Massacre de Canudos como momento de consolidação dessa racionalidade, examina representações e contra-narrativas produzidas em torno do conflito e analisa o ato de memória das mães da Associação 13 de Agosto. A principal aposta metodológica consiste em ler esses atos não apenas como reivindicações por justiça, mas como gestos estético-políticos de reinscrição urbana, por meio dos quais se disputam visibilidade, memória e direito ao passado.

**Palavras-chave:** memória; chacina de Osasco e Barueri; Canudos; espaço urbano; massacre.

## PENSAR FORA DO EIXO

### ABSTRACT

*This article investigates the relationship between massacre, memory, and the production of urban space in Brazil, based on the Osasco and Barueri massacre of 2015. Rather than treating it as an exceptional event, it is understood as an update of a broader historical logic that inscribes certain bodies and territories as subject to violence. To develop this hypothesis, the text revisits the Canudos Massacre as a moment of consolidation of this rationale, examines representations and counter-narratives produced around the conflict, and analyzes the memorial acts carried out by the mothers of the Associação 13 de Agosto. The main methodological proposal is to interpret these acts not merely as claims for justice, but as aesthetic-political gestures of urban reinscription, through which visibility, memory, and the right to the past are contested.*

**Key-words:** *memory; Osasco and Barueri massacre; Canudos; urban space; massacre*

### RESUMEN

*Este artículo investiga la relación entre masacre, memoria y producción del espacio urbano en Brasil a partir de la masacre de Osasco y Barueri, ocurrida en 2015. En lugar de considerarla un evento excepcional, se propone entenderla como una actualización de una lógica histórica más amplia que inscribe ciertos cuerpos y territorios como susceptibles de violencia. Para desarrollar esta hipótesis, el texto retoma la Masacre de Canudos como un momento de consolidación de esta racionalidad, examina las representaciones y contranarrativas producidas en torno al conflicto y analiza los actos de memoria realizados por las madres de la Asociación 13 de Agosto. La principal apuesta metodológica consiste en leer estos actos no solo como demandas de justicia, sino como gestos estético-políticos de reinscripción urbana, a través de los cuales se disputan la visibilidad, la memoria y el derecho al pasado.*

**Palabras clave:** *memoria; masacre de Osasco y Barueri; Canudos; espacio urbano; masacre*

## PENSAR FORA DO EIXO

### INTRODUÇÃO

Este artigo investiga a relação entre massacre, memória e produção do espaço urbano no Brasil a partir da chacina de Osasco e Barueri, ocorrida em agosto de 2015<sup>1</sup>. Em vez de compreendê-la como evento excepcional, propõe-se analisá-la como parte de uma lógica histórica mais ampla, na qual determinados corpos e territórios são sistematicamente inscritos como passíveis de violência. Parte-se da hipótese de que a formação urbana brasileira envolve não apenas processos de planejamento e expansão, mas também a constituição de espaços diferenciados por meio de práticas de eliminação, silenciamento e apagamento. Nesse sentido, episódios contemporâneos de violência letal são tomados como atualizações de uma gramática política e espacial que acompanha a formação do Estado.

Para desenvolver essa hipótese, o texto retoma o Massacre de Canudos como momento de consolidação dessa lógica, articulando análise histórica e leitura das representações produzidas no contexto do conflito. Em seguida, examina-se a produção de contra-narrativas por meio de registros visuais e práticas de memória que tensionam a história oficial. Por fim, analisa-se o ato de memória realizado pelas mães da Associação 13 de Agosto como uma prática situada de reinscrição no espaço urbano, por meio da qual se disputam visibilidade, memória e direito ao passado. O percurso proposto busca, assim, estabelecer uma relação entre Canudos e as periferias contemporâneas, articulando violência, representação e memória no interior da produção do espaço.

### MASSACRE, MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO: DA FUNDAÇÃO REPUBLICANA ÀS PERIFERIAS MILITARIZADAS

No dia 16 de agosto de 2025 foi realizado um ato em homenagem às vítimas da chacina de Osasco e Barueri. O ato, convocado pela Associação 13 de Agosto, marcou os 10 anos da maior chacina do Estado de São Paulo: em 13 de agosto de 2015, uma série de ataques deixou pelo menos 19 pessoas mortas no bairro Jardim Munhoz Júnior, na divisa entre duas cidades; na semana anterior, em Carapicuíba, seis indivíduos foram executados de maneira semelhante às ações daquele dia.

<sup>1</sup> As discussões apresentadas aqui são um desdobramento do trabalho coletivo realizado no Laboratório de Análise em Segurança Internacional e Tecnologias de Monitoramento (LASInTec), na Unifesp, campus Osasco. São também informadas por inúmeras conversas com Joana Barros e seus saberes sobre Canudos, bem como por sua atuação no Centro de Memória Urbana.

## PENSAR FORA DO EIXO

A partir do episódio, mães e familiares das vítimas — majoritariamente mulheres negras — organizaram-se para acompanhar os processos e realizar atos públicos de memória e denúncia. Essas mobilizações, no entanto, foram mobilizadas pela defesa dos réus como argumento de deslegitimação, evidenciando como a disputa em torno da memória e da violência se estende também ao campo jurídico. Nesse contexto, a busca por justiça se mostra atravessada pelos mesmos mecanismos que sustentam a reprodução da violência estatal. (Barros; Augusto, 2025)

Chacina ou massacre não são práticas tipificadas no direito penal brasileiro, que opta pelo termo “homicídio qualificado”. No entanto, são termos amplamente incorporados ao léxico do cotidiano e dos direitos humanos e definem a prática de assassinato coletivo de civis. Na Colômbia, por exemplo, o Observatorio Indepaz define como *masacre* o assassinio de mais de 3 pessoas protegidas pelos Direitos Humanos Internacionais (Lima, 2020). Poderíamos, com Denise Ferreira da Silva (2014), nos perguntar porque o massacre sistêmico de determinadas parcelas da população não dispara uma crise ética global. Ao refletir sobre as ocupações militarizadas de favelas cariocas, Ferreira da Silva traz a racialidade fundadora do Estados modernos. Para ela, é comum aos debates político-jurídicos de Hobbes e Locke em torno de autodeterminação, preservação e decisionismo, o esforço para “inscrever o Direito e o Estado na violência” (Idem, p.76). O efeito disso é a produção do “selvagem” como significante da violência, mas não propriamente como um “outro” negativo exterior, e sim como uma fundamentação negativa internalizada. A crítica de Ferreira da Silva é que a racialidade não opera apenas pela exclusão de sujeitos da universalidade, mas pela produção ontológica de sujeitos racializados como negatividade constitutiva da própria universalidade.

Em outras palavras, o “selvagem” passa a estar internalizado na lógica de poder e regulação do Estado, sustentando a sua autoridade. Retornando seu olhar ao presente, ressalta como no início de 2006, sem convocação de Estado de emergência, o Exército foi empregado para ocupar 10 favelas do Rio de Janeiro. O que *justifica* tais incursões de autopreservação (Segurança Nacional) no cotidiano das cidades? A autora encontra resposta em uma declaração de 2007 do então presidente, Luís Inácio Lula da Silva, na qual este sustenta uma fusão entre crime e terrorismo na figura do narcotráfico. Nesse cenário, o excesso de força — como a criação da Força de Segurança Nacional — não se limita à segurança pública tradicional, mas é sustentado por uma visão sociológica que internaliza a racialidade. Essa perspectiva considera as favelas e comunidades

## PENSAR FORA DO EIXO

periféricas como territórios patológicos e moralmente problemáticos, inviabilizando a legitimidade de sua presença social e política.

Dados estatísticos sobre crimes e fatores culturais são utilizados para reforçar essa narrativa de ameaça, associando diferenças culturais a “males sociais” como criminalidade, pobreza ou dependência do Estado. Assim, o “outro” interno — o “selvagem”— se torna uma figura de ameaça que justifica o uso excessivo de força. Se o Estado moderno se funda na autopreservação (Hobbes, Locke etc.), e se certos territórios e corpos são representados como ameaça permanente, a eliminação deles não aparece como violência extraordinária. A racialidade é o dispositivo prévio de legitimação, pelo qual certos corpos e territórios são inscritos como ameaça permanente à autopreservação do Estado. Nessa lógica, a morte não aparece como exceção ou desvio, mas como atualização de uma legitimidade sempre-já dada. O “outro” racializado não é matável por aquilo que faz, mas por aquilo que representa: a negatividade constitutiva que sustenta a própria autoridade estatal.

Essa abordagem reforça uma visão de marginalização, onde esses sujeitos são vistos como socialmente desinteressados, indiferentes e perigosos, o que legitima uma política de repressão que, na verdade, internaliza e reproduz o discurso de violência e exclusionismo. Assinaladas como zonas nativas da violência, são o território no qual o Estado *deve* mostrar a autopreservação. Para além da indistinção entre crime e terrorismo que legitima a fusão entre defesa e segurança, a racialidade, significante sociológico da diferença humana, produz pessoas e territórios não compreendidos pela universalidade, o que “justifica a decisão do Estado de matar algumas pessoas” (Ferreira da Silva, 2014, p. 69). Mais do que efetuar a cisão moral entre “homens livres e honestos” e “criminosos/terroristas”, a racialidade marca certos territórios de modo que quem está ali não é reconhecido como sujeito de direito ou de moralidade, mas como um “não ser”. Trata-se de territórios que são tomados não como “vazios”, mas ocupados por “ninguém”. Nas favelas do Rio de Janeiro, bem como na divisa Barueri – Osasco, opera a negatividade internalizada que justifica a securitização/militarização permanente em nome da autopreservação estatal.

Em outras palavras, território assinalados como disponíveis a massacres e chacinas não são desvios aberrantes em uma democracia ameaçada, são a fundação do Estado. A letargia diante de massacres cotidianos é inseparável da própria constituição do sujeito e da racionalidade modernos, cujo subproduto são sujeitos raciais subalternos que, mesmo quando formalmente providos de

## PENSAR FORA DO EIXO

direitos civis e humanos, veem esses direitos desaparecerem em ações em nome da autopreservação estatal.

Este artigo sugere que os atos de memória de mães que viram seus filhos executados pelo Estado e seus agentes são performances que trazem à vista uma racionalidade fundamentada na distribuição diferencial da enlutabilidade<sup>2</sup>, ou da suscetibilidade à morte prematura<sup>3</sup>. Em outras palavras, quando as mães da associação 13 de Agosto saem às ruas e a elas se juntam mães de vítimas das operações policiais militares do Batalhão de Choque na Rocinha ou em Manguinhos, dos crimes de Maio, das operações Escudo e Verão, elas performam a negação dos significantes de violência carregados pelo “outro” negativo. Por algumas horas, as vidas de seus mortos ganham contornos na esfera da aparência. Como disse dona Zilda no dia do ato: “aquele filme que está passando agora sobre a ditadura serve para nós também. Nossos filhos... eles ainda estão aqui”.

### Um massacre fundador

As manifestações das mães de Osasco e Barueri, ao protestarem contra a violência estatal, evidenciam a brutalidade recorrente, mas também remetem a uma origem mais profunda e simbólica do massacre na formação do Estado brasileiro, que remonta ao Massacre de Canudos.

Retomar Canudos permite compreender por que certos territórios e corpos seguem sendo inscritos como disponíveis à morte na história urbana brasileira. Do massacre no arraial de Belo Monte às chacinas contemporâneas nas periferias Brasil afora, observa-se a persistência de uma lógica que articula produção discursiva do inimigo, intervenção militar e destruição de formas de vida consideradas ilegítimas. Nesse sentido, examinaremos a produção discursiva em torno de Canudos, buscando entender como ela participa da construção de uma narrativa de instauração da República. Em seguida, examinaremos as obras do artista Claude Santos como um contra-discurso, uma forma de resistência estética e discursiva que desafia a história oficial e questiona a lógica de exclusão e violência do Estado.

O arraial de Belo Monte surgiu na década de 1890, no sertão baiano, em torno da figura de Antônio Conselheiro, líder religioso que percorria o interior nordestino pregando contra os males do mundo moderno e denunciando as injustiças sociais e políticas da recém-proclamada República. A cidade se formou a partir da chegada de sertanejos pobres, retirantes da seca, ex-escravizados e

<sup>2</sup> Cf. Judith Butler. A força da não violência. São Paulo: boitempo, 2020.

<sup>3</sup> Cf. Ruth Gilmore. Califórnia gulag. São Paulo: igra kniga, 2024.

## PENSAR FORA DO EIXO

indígenas, que encontravam no movimento de Conselheiro uma promessa de vida comunitária, justiça e fé.

Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, nasceu no Ceará, na cidade de Quixeramobim. Percorreu o sertão construindo e reformando igrejas e cemitérios, em sua maioria na Bahia, mas também no Sergipe (PEREIRA, 2014; SANTOS, 2011). O beato andarilho, cuja abnegação sacrificial remete ao barroco, conquistou seguidores em suas andanças e, em 1893, se assentou em uma fazenda às margens do rio Vaza-Barris, a 400 km de Salvador, no Estado da Bahia. O beato Antônio Conselheiro, monarquista, foi retratado por Euclides da Cunha seguindo à risca o modelo encontrado pelo intelectual em autores europeus. Se valendo do arcabouço teórico de nomes como Cesare Lombroso e Henry Maudsley (positivistas tão queridos da criminologia), o autor de *Os Sertões* produz a imagem patológica que moldará o negativo internalizado da república (Nogueira, 1974).

Três fatores principais ajudam a compreender o massacre de Canudos. Em primeiro lugar, a migração de sertanejos pobres e de ex-escravizados para o arraial gerou escassez de mão de obra barata na região, o que afetou diretamente os interesses dos grandes proprietários de terra. Além disso, a Igreja Católica, em processo de reafirmação de sua autoridade institucional e hierárquica, buscava enfraquecer lideranças religiosas populares como Antônio Conselheiro, consideradas ameaças ao monopólio da interpretação oficial da fé. Por fim, o contexto de crise econômica e instabilidade política vivido pela recém-proclamada República fez da guerra contra Canudos uma oportunidade de legitimação do regime, mobilizando apoio popular em torno do projeto republicano (Ibidem). A chamada guerra de Canudos é um acontecimento que se insere em um quadro político específico. Como sugere Campos

“O cenário no interior do nordeste naquelas décadas estava marcado por uma enorme crise econômica e demográfica. O campo se esvaziava devido à migração de mão de obra para o Norte, onde a produção da borracha era estimulada por norte-americanos e, para o Sudeste do País, onde o processo de industrialização exigia crescente mão de obra para as fábricas. Todavia, no Sudeste estava instalada uma crise na produção de café, o principal produto exportador, de onde vinham os recursos para o iniciante processo de industrialização. Entre os nordestinos, retirantes ou não, ainda perduravam os efeitos da seca de 1877, quando, aproximadamente, 100 mil pessoas morreram em consequência da fome”. (Campos, 2017, p. 42)

## PENSAR FORA DO EIXO

Em Belo Monte, a Primeira Canudos, havia uma rejeição explícita à ordem republicana, simbolizada na recusa de pagar impostos e no combate às medidas estatais como o registro civil e a cobrança de taxas para uso de cemitérios. Como aponta Neto,

“esse povo, de ambulante e desesperançado, vai gradativamente engrossando o séquito conselheirista. Jovens e velhos, homens e mulheres, escravos, libertos e índios, beatos e beatas, párias e marginais. Era o cortejo dos esquecidos e mal-aventurados, que se consolidava para incômodo dos grandes proprietários, aflitos com a desorganização do sistema produtivo carente de braços para a lavoura e pecuária”. (Neto, 2001, p. 21)

Belo Monte chegou a ter quase 30 mil habitantes e era a segunda maior cidade da Bahia naquele momento. Esse crescimento rápido e a autonomia do povoado chamaram atenção e despertaram a hostilidade das autoridades locais, da Igreja oficial e do governo republicano, que viam em Belo Monte uma ameaça política e religiosa. O arraial passou a ser chamado pejorativamente de Canudos — provavelmente em referência à planta canudo-de-pito muito comum na região — e se tornou alvo de sucessivas expedições militares que culminariam, em 1897, na sangrenta destruição da comunidade na chamada Guerra de Canudos. Por volta de 1910, alguns dos sobreviventes da Guerra de Canudos retornaram à região e fundaram um novo povoado, também chamado Canudos, no mesmo local onde antes existira Belo Monte.

### REPRESENTAÇÕES DO MASSACRE / CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA MODERNA.

O Massacre de Canudos foi documentado por Euclides da Cunha e pelo fotógrafo Flávio de Barros e constitui o momento de instauração plena da República. Dois são os movimentos que pavimentam essa construção: militar e discursivamente, dá-se a régua e o compasso de como a República lida com seus “outros”. A fotografia “400 jagunços”, de Flávio de Barros, mostra bem essa junção. Nela, vemos homens, mulheres e crianças subjugados pelas forças militares. Esses revoltosos, que Euclides da Cunha representou de forma positivista ao mesmo tempo criminalizante e naturalizante, se tornam a figura em negativo do povo brasileiro. São apresentados como “selvagens” conselheiristas em oposição à modernização civilizatória.

**Figura 1.** 400 jagunços, Flávio de Barros, 1897.

## PENSAR FORA DO EIXO



**Fonte:** Instituto Moreira Salles, 2026.

Como vimos com Ferreira da Silva, a própria fundação do Estado moderno cria uma interioridade que sustenta o universalismo ao mesmo tempo que é potencialmente extirpada dele. Belo Monte é, toda ela, essa interioridade. Mas não apenas as pessoas, a própria ocupação do território foi representada em termos civilizatórios. Euclides da Cunha chega a usar o termo “cidade selvagem” (Cunha, 2014, p. 190) para descrever a ocupação do arraial, talvez influenciado por certas concepções de urbanismo, próprias do século XIX e que começavam a se consolidar por aqui. Essas formulações não permanecem no plano da descrição: elas participam da produção de um regime de inteligibilidade que orienta intervenções concretas sobre o espaço.

Nesse sentido, a inauguração de Belo Horizonte em 12 de dezembro de 1897, dois meses após a destruição de Belo Monte, é o avesso simétrico de Canudos: materialização do ideário republicano inspirado em Versalhes, Washington e na Paris de Haussmann, sua construção também exigiu a destruição de um povoado preexistente — o Curral del Rey — e a expulsão dos pobres para a periferia. O planejamento urbano republicano operava, portanto, pela mesma lógica: apagar formas de vida autônomas para inscrever no espaço a ordem estatal e capitalista. O que perturbou Euclides em Belo Monte não foi a desordem, mas o contrário — uma organização da pobreza que desafiava a premissa de que esses territórios eram vazios à espera de civilização. (Alves, 2024)

Ao retomar Canudos, não buscamos apenas revisitar um massacre do final do século XIX, mas interrogar a própria história urbana brasileira. Belo Monte, que chegou a ser uma das maiores cidades da Bahia, foi, no entanto, representada como espaço ilegítimo, “selvagem” e não urbano — uma não-cidade cuja destruição se tornava não apenas possível, mas necessária. É nessa operação que se delineia uma lógica duradoura de produção violenta de espaços visíveis e apagáveis, preserváveis e descartáveis. A imagem de Belo Monte queimando em 1897 era também

## PENSAR FORA DO EIXO

a imagem da fundação republicana. Já em meados do século XX, com Getúlio Vargas, são as águas que carregam a imagem do progresso estadista. No Nordeste, a ideia de progresso passou a ser associada a grandes obras hidráulicas voltadas ao combate à seca. Nesse cenário, o Estado brasileiro, por meio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)—órgão criado ainda no início do século XX para implementar políticas de infraestrutura hídrica na região —intensificou a construção de açudes como estratégia de controle ambiental e integração territorial.

Quando a seca é apresentada como objeto privilegiado dos projetos desenvolvimentistas, Canudos é, de novo, escolhida como palco do ideário modernizador. Entre 1951 e 1969 foi construído o açude do Cocorobó, que submergiu Belo Monte. Tanto a primeira, como a segunda Canudos se encontram, hoje, sob as águas. Vargas, nos anos 1950, anuncia a construção do açude nos seguintes termos: “Canudos é um cemitério que as águas cobrirão”. Ali, nem os mortos estavam a salvo. Ataliba Nogueira rememora tal volta do progresso:

“Sobem lentamente as águas na região de Cocorobó, na Bahia. Aos poucos vão inundando Canudos que, assim submersa, ficará apenas na história do Brasil. A feliz e infeliz Belo Monte, uma das maiores cidades baianas no fim do século dezenove, não figura mais nos mapas. Com o seu fundador, Antônio Conselheiro, jaz no fundo da grande represa [...]” (1974, p. 1)

Joana Barros (2019) sublinha como a história de Canudos foi marcada por um profundo processo de silenciamento, brutalidade e apagamento de rastros, evidenciado pela morte de cerca de trinta mil pessoas pela destruição da cidade e, posteriormente, pelo alagamento de suas ruínas com a construção do açude Cocorobó. A autora salienta esse “apagamento de rastros” como sintomático das formas como se constroem tanto a história como o direito ao passado no Brasil. Tal inviabilização do passado é também um “apagamento da memória [que], portanto, pode ser compreendido como uma chave interpretativa da própria formação moderna e modernizadora do país” (Barros, 2019, p. 24). Ela nos oferece, assim, algumas pistas de como pensar manifestações de luto performadas por mães de vítimas de chacina, como uma contra memória ou uma reivindicação. Mas, antes, vale passar por alguma contra narrativas de Canudos.

### Entre arquivo e testemunho: outras imagens de Canudos

Os 400 jagunços, em sua maioria, foram decapitados, como o foi Antônio Conselheiro e, posteriormente, Lampião. Belo Monte, a primeira Canudos, foi feita terra arrasada, incendiada e esvaziada. Os sobreviventes, desalojados, foram proibidos de contar sua história. Tentar escutar Canudos é também um esforço para pensar *nós hoje*. Mas, sobretudo, o massacre de Canudos e

## PENSAR FORA DO EIXO

seu registro levantam questões sobre a forma como modos de vida fora do eixo têm sido representados na ou apagados da história das cidades.

Em 1946, por ocasião do cinquentenário do massacre, Odorico Tavares e Pierre Verger visitaram a Segunda Canudos com objetivo de realizar uma reportagem para a revista *O Cruzeiro*, uma das publicações de maior circulação no Brasil à época (Tavares, 1993). Reuniram, então, imagens e depoimentos de sobreviventes e descendentes dos conselheiristas. Esses registros se tornaram fontes importantes, tanto pela raridade das fontes sobre Canudos quanto pela tentativa de reinscrever, ainda que de forma mediada, uma história marcada pelo apagamento na memória pública.

**Figura 2** – Fotografia de Pierre Verger em Canudos, 1946.



**Fonte:** Fundação Pierre Verger, 2026.

**Figura 3** – Fotografias de Pierre Verger expostas em Canudos.



**Fonte:** Acervo pessoal, 2026.

Enquanto o texto de Odorico recorre à memória oral daqueles que testemunharam o massacre, as fotografias de Pierre Verger diferem enfaticamente daquelas produzidas por Flavio de Barros 50 anos antes. Produzidas como documentação oficial do exército, as primeiras fazem parte da estrutura que *justifica* o massacre – o massacre de canudos, mas também o massacre como prática fundadora do Estado. Já as fotografias de Verger são um gesto de memória. Sobreviventes idosos e remanescentes materiais da antiga Belo Monte são apresentados como testemunhas, não tanto da guerra, mas da possibilidade de uma vida outra.

É na tensão entre representação oficial e produção de imagens como forma de elaboração de memória que, décadas depois, se inscreve o trabalho de Claude Santos. Este, nascido em Salvador em 1953, desenvolveu carreira como fotógrafo e autor de ensaios publicados em diferentes veículos. Esteve presente em exposições de destaque, como a I Bienal do Recôncavo, em 1991, e a Semana Mundial da Fotografia, em 1995, ambas na Bahia. Seu primeiro contato com Canudos ocorreu ainda em 1964, quando visitou a região acompanhado do pai, Alfredo Vila-Flor. A partir de

## PENSAR FORA DO EIXO

1986, Santos iniciou o trabalho de catalogação das imagens produzidas por Vila-Flor e, paralelamente, realizou registros próprios sobre o antigo cenário da guerra. Em 1993, percorreu o sertão cearense em pesquisa sobre a trajetória de Antônio Conselheiro, experiência que deu origem ao ensaio *As andanças de Antônio*. (Bahia já, 2016) Morreu em 2016, aos 63 anos, e foi sepultado em Canudos.

Seu vasto acervo, organizado e disponibilizado pelo CMUrb (Centro de Memória Urbana – Unifep), é tomado, aqui, como porta de entrada para pensar perguntas em torno da letargia de nossos tempos, das condições de aceitabilidade da(s) matança(s) e do entrelaçamento entre arte e política, memória e história. Talvez seja principalmente o entrelaçamento entre História e Memória que nos interessa aqui. Mais do que fotógrafo, Claude é também arqueólogo. Coletor e catalogador de passados e presentes, seu trabalho vai além da mera reprodução do real: ele reorganiza arquivos, sobrepõe temporalidades e reconstrói narrativas silenciadas, oferecendo uma leitura crítica da história oficial.

O *Projeto de Intervenções Artísticas no Cenário da Guerra de Canudos* marca quatorze sítios históricos relacionados ao conflito, instalando grandes painéis ao ar livre — com aproximadamente três metros de altura por dois de largura — que funcionam como marcos visuais e memoriais do acontecimento. São painéis transparentes com imagens impressas. Dentre elas, vemos imagens de Antônio Conselheiro, bem como fotografias de diferentes fotógrafos, dentre os quais Verger e o próprio Claude.

E também estão presentes os registros de Flavio de Barros, mas rearranjados por Santos, que intervém na emblemática fotografia “Os 400 jagunços”. Ampliados, os 400 jagunços são deslocados do registro inicial. Já não são significantes de um “outro” ou da “violência”, ameaça que legitima a autopreservação estatal, traduzida em massacre. São, cada uma das pessoas cuja imagem é ampliada, a presença viva das vítimas da modernidade. Por meio dessa operação de montagem, com cortes e ampliações, o artista atualiza a Primeira Canudos. Ou seja, desloca a guerra de sua posição de episódio histórico pontual, apresentado como confronto entre atraso e progresso, cuja superação era necessária para a consagração republicana. Com sua intervenção no registro oficial, Santos desmonta a estrutura que produz uma massa anônima criminalizável e matável.

**Figuras 4 e 5.** Intervenções de Claude Santos na fotografia 400 jagunços, expostas em Canudos.

## PENSAR FORA DO EIXO



**Fonte:** Acervo pessoal, 2026.

Esse entrelaçamento entre passado e presente é intensificado pela transparência dos painéis. Por trás das imagens, está o açude do Cocorobó, a segunda volta do progresso. A experiência estética é produzida no território e na paisagem e a linearidade da História é colocada em xeque. A sobreposição entre fragmentos da foto do século XIX e as águas do açude traz à vista a dupla destruição, mas sobretudo torna presente a vida que ali existiu e existe e resiste.

### **OUTRAS NARRATIVAS SOBRE A VIOLÊNCIA E SOBRE AS CIDADES | UMA APOSTA METODOLÓGICA**

Mais de um século separa o Massacre de Canudos do ato em memória dos de 10 anos da Chacina de Osasco e Barueri. Por um lado, olhar os dois eventos lado a lado permite formular a sistematicidade da violência institucionalizada. Por outro, algum esforço de escapar ao horror pode e deve ser feito.

Vera Pallamin está entre as autoras que mobiliza a cultura e a arte como maneiras de lançar novas perspectivas para os debates estético-políticos contemporâneos. Seguindo Jacques Rancière, aponta que “há uma lógica que distribui os corpos no espaço, definindo sua presença ou indiferença, sua visibilidade e audibilidade, ou não, marcada por hierarquias; e uma outra lógica, que é disruptiva

## PENSAR FORA DO EIXO

em relação à primeira, caracterizada pela atualização da igualdade”. (Pallamin, 2015, p. 26) Ainda que o senso comum tenda a sobrepor essas duas lógicas como manifestações da política, Rancière faz uma distinção entre ambas ao nomeá-las *polícia* e *política*, respectivamente.

Para o autor, *polícia* é o nome dado ao conjunto de operações que estruturam a vida coletiva, articulando a produção de consentimento, a organização dos poderes e a distribuição desigual de lugares e funções, junto aos dispositivos que a legitimam. Não redutível ao aparelho de Estado, a *polícia* aqui é formulada em uma acepção extensiva e designa uma ordem composta também das práticas cotidianas que operam uma partição do comum, bem como define configurações do sensível. A *política*, por sua vez, “diz respeito ao modo de romper essa ordem e essa lógica, de descontinua-la, por meio do dissenso” (Pallamin, 2015, p. 27). A *política*, para Rancière, é aquilo que irrompe na “ordem policial” – é, pois, antagônica à *polícia* –, promove o dissenso e cria rupturas nas configurações estabelecidas pela *polícia* na ordem do sensível, “deslocando posições ali pautadas e/ou previstas” (Pallamin, 2015, p. 27)

Indo um pouco além e falando desde uma perspectiva libertária, Acácio Augusto sublinha a urgência de pensarmos em outro registro, nem da *política*, nem da *polícia*, mas da *antipolítica*. Seu entendimento da *política*, definida pelo autor “como um conjunto de técnicas de governo de uns sobre outros, como a forma de operar a condução das condutas para além da intervenção estatal direta”, nos convoca a pensar formas estético-políticas que operem menos pelo consenso ou dissenso, e mais em uma chave *outra* de entendimento e enunciação. Enquanto Rancière apresenta uma teoria da subjetivação política, Augusto se aproxima mais do que se poderia pensar em termos de dessubjetivação ou, ainda, enquanto manifestações que escapam aos quadros interpretativos.

Aqui, não se trata de contrapor essas duas leituras, tampouco de tentar encontrar equivalências entre ambas. Trata-se, antes, de ampliar o leque pelo qual podemos analisar diferentes formas de representação, ocupação, registro, contestação dos territórios e dos modos de vida inscritos neles. A partir desse conjunto de formulações existe, então, uma aposta metodológica possível para contribuir aos estudos da história das cidades e do urbanismo. Em vez de compreender os atos de memória como simples reivindicações por reconhecimento ou justiça, propõe-se analisá-los como gestos estético-políticos que intervêm na partilha do sensível. Quando mães e familiares ocupam o espaço urbano para lembrar seus mortos, não apenas tornam visíveis vidas que foram apagadas, mas reconfiguram temporariamente os regimes de visibilidade que sustentam sua própria exclusão. Mais do que produzir dissenso, tais atos tensionam os próprios limites do que pode ser reconhecido

## PENSAR FORA DO EIXO

como político, aproximando-se de práticas que, nos termos de Acácio Augusto, escapam aos quadros de inteligibilidade dominantes – antipolíticas, pois. Nesse sentido, a memória não aparece apenas como representação do passado, mas como prática situada no presente — uma forma de ocupação do espaço urbano que reinscreve corpos, afetos e histórias naquilo que a ordem policial tende a apagar.

Canudos, que outrora foi a segunda maior cidade da Bahia, retorna aqui não apenas como referência histórica, mas como índice de uma longa duração de apagamentos e reinscrições, na qual memória e violência permanecem indissociáveis. Assim, ao aproximar-se das memórias de sobreviventes e descendentes — como nas fotografias de Pierre Verger e nos relatos coletados por Odorico Tavares —, abre-se um campo de escuta que permite pensar uma memória dos expulsos, fundada na oralidade e na persistência dos corpos. Como afirma Sánchez, “a memória viva depende sempre da memória dos corpos. Os inimigos da memória são os mesmos que atentaram e atentam contra os corpos” (Sánchez, 2016, p. 315).

Ao mobilizar o ato de 10 anos em memória da chacina de Osasco e Barueri como um ato performático, podemos ampliar as possibilidades do arquivo. Sobreviventes, as mães estão aqui, agora, produzindo cidade e memória conforme caminham pelas ruas, carregando bandeiras com os rostos de seus filhos. Sua luta, hoje, é também uma espécie de reivindicação de *direito ao passado* (Paoli, 1992) – ainda que esse passado ainda seja nosso presente. Como aponta Adalton Marques em seu comentário sobre a memória dessas mães, que se reuniram na Associação 15 de agosto após a morte de seus filhos, podemos enfrentar narrativas que historicamente silenciaram determinados modos de vida. Por meio de “etnografias incumbidas de levar a sério as memórias de pessoas”, é possível combater a “administração estatal do esquecimento” (Marques, 2025). Enquanto historiadores e urbanistas preocupados com as formas de representar, registrar e arquivar as tensões que se desenrolam no cenário urbano, atentar às formas pontuais ou performáticas de ocupação do espaço é também uma tentativa de escrever uma história [das cidades] à contrapelo.

### A luta das mães da Associação 13 de Agosto como gesto de memória urbana

Voltemos ao luto das mães da Associação 13 de agosto: entre os dias 8 e 13 de agosto de 2015 ocorreu a maior chacina do Estado de São Paulo, com ao menos 19 pessoas executadas no bairro Jardim Munhoz Júnior, na divisa entre Osasco e Barueri, além de outros ataques na região nos dias anteriores. As execuções, realizadas por homens armados em diferentes pontos do território,

## PENSAR FORA DO EIXO

tiveram características de ação coordenada e atingiram sobretudo jovens moradores da periferia. Como insistem Barros e Augusto:

“por mais que não tenha sido uma operação oficial das forças de segurança do Estado, o episódio e seus desdobramentos jurídicos mostram como a produção da violência no Brasil conecta legalidade e ilegalidade, dando continuidade ao extermínio fundante da sociedade brasileira operado pelo racismo de Estado” (Barros; Augusto, 2025, p. 31)

O Jardim Munhoz Júnior, assim como tantas outras fronteiras urbanas marcadas pela precariedade e pelo policiamento ostensivo, aparece menos como cenário contingente da violência do que como território inscrito nessa democracia armada (Marques, 2025), em que a ordem urbana e a ordem policial coincidem na produção de vidas diferencialmente expostas à morte. As execuções de agosto de 2015, nesse sentido, não interrompem a democracia: elas tornam visível sua infraestrutura de exceção – em nome da autopreservação, como vimos com Ferreira da Silva –, isto é, o modo como a gestão cotidiana do espaço urbano segue sendo atravessada por tecnologias de silenciamento, eliminação e esquecimento.

**Figuras 6 e 7.** Registros do ato de 10 anos em memória das vítimas da chacina de Osasco e Barueri, realizado no dia 16 de agosto de 2025.



**Fonte:** acervo pessoal, 2025.

## PENSAR FORA DO EIXO

É precisamente contra a produção do desaparecimento que se ergue a luta das mães da Associação 13 de Agosto. Ao retornarem continuamente ao Jardim Munhoz Júnior, ao nomearem seus mortos e ao carregarem seus rostos pelas ruas, essas mulheres recusam que a chacina seja absorvida pela rotina da violência urbana ou pelo vocabulário jurídico que a fragmenta em casos isolados. Seu luto, tornado público, reinscreve no bairro aquilo que o massacre e seus desdobramentos institucionais procuram apagar: a memória dos corpos, a densidade das vidas interrompidas e a historicidade da violência. Nesse sentido, seu gesto não apenas denuncia a exceção cotidiana que estrutura a democracia armada, mas produz uma outra legibilidade do território, fazendo do espaço urbano não o cenário passivo da morte, mas o lugar de uma disputa ativa entre esquecimento e memória.

### CONCLUSÃO

De Canudos apreendemos que a história da urbanização, ou mesmo a história das cidades, também é uma forma de apagar a violência que incide sobre modos de vida que, por meio do dispositivo de racialidade, são marcados como ameaças à ordem social. A destruição de Belo Monte não foi apenas a aniquilação de um povoado insurgente, mas a inscrição de uma lógica espacial e política que transforma certos territórios em zonas disponíveis à intervenção violenta do Estado. Essa mesma racionalidade reaparece, sob outras formas, nas periferias urbanas contemporâneas, onde comunidades inteiras são continuamente tratadas como espaços de exceção. Nesse sentido, episódios como a chacina de Osasco e Barueri não constituem rupturas na ordem democrática, mas atualizações de uma gramática histórica de massacre que acompanha a formação do Estado brasileiro.

Este percurso permite deslocar a compreensão da violência urbana como disfunção ou falha do Estado para reconhecê-la como parte constitutiva da produção do espaço. De Canudos às periferias contemporâneas, o que se observa não é apenas a repetição de massacres, mas a consolidação de uma lógica territorial que define certas áreas como permanentemente disponíveis à intervenção violenta.

Nesse sentido, a urbanização brasileira não pode ser pensada apenas em termos de expansão, infraestrutura ou planejamento, mas também como um processo que produz zonas de fronteira no interior da cidade. Territórios como o Jardim Munhoz Júnior, assim como as favelas cariocas ou a histórica Belo Monte, são inscritos como espaços onde a presença estatal se concretiza sob a forma violenta da autopreservação.

## PENSAR FORA DO EIXO

As práticas de memória mobilizadas por mães e familiares das vítimas tensionam essa lógica ao reinscrever esses territórios e essas vidas no campo da visibilidade e da história. Ao transformar o luto em ocupação do espaço público, essas mulheres não apenas lembram seus mortos, mas disputam ativamente o significado desses territórios. Assim, mais do que remeter ao passado, a memória opera como prática urbana: uma intervenção que desafia a produção desigual da cidade e evidencia que a disputa pelo espaço é também uma disputa pela vida.

### REFERÊNCIAS

ALVES, Tiago Cícero. **Da terra ao clarão**: sócio-espacialidade de Canudos a partir de Euclides da Cunha. Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2024.

BAHIA Já. Morreu Claude Santos, o fotógrafo do cenário da Guerra de Canudos. **Bahia Já**, 27.11.2016. Acesso em 01.04.2026. Disponível em: <https://bahiaja.com.br/cultura/noticia/2016/11/27/morreu-claude-santos-o-fotografo-do-cenario-da-guerra-de-canudos,96439,0.html>

BARROS, Joana; AUGUSTO, Acácio. Memória como resistência e chacina como política pública: o caso das execuções policiais na Chacina de Osasco e Barueri em 2015. In: BARROS, Joana; AUGUSTO, Acácio; DE BIAGGI, Gabriela (orgs.). **Memória obstinada**: a luta das mães de Osasco e Barueri. São Paulo: igra kniga, 2025, pp. 25-59.

BARROS, Joana. Desenvolvimento e narrativas do atraso: a campanha contra Canudos e as veredas da resistência. In: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo; MARINHO, Caio. (Org.) **Sertão, sertões**: repensando contradições, reconstruindo veredas. São Paulo: Elefante, 2019. pp. 18-35.

CLÍMACO, Caio. “120 anos do fim da Guerra de Canudos: uma ferida em aberto no Brasil”. **Brasil de fato**, 27.11.2017. Acesso em: 01.04.2026. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/27/artigo-or-120-anos-do-fim-da-guerra-de-canudos-uma-ferida-em-aberto-no-brasil/>

DA CUNHA, Euclides. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2014.

LIMA, João Batista. **As canções de Bião**: sertão, cotidiano e imaginários sobre canudos. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual da Bahia, 2024.

FERREIRA DA SILVA, Denise. “Ninguém: direito, racialidade e violência”. **Meritum**, v. 9, n.1, 2014, pp. 67-117.

LIMA, Rosa Muñoz. “Colômbia: ¿Qué es una masacre?”. **DW**, 24.08. 2020. Acesso em: 13.08.2025, disponível em: <https://www.dw.com/es/colombia-qu%C3%A9-es-una-masacre/a-54681284>

## PENSAR FORA DO EIXO

MARQUES, Adalton. Silenciar os mortos, combater os vivos: democracia como exceção continuada por outros meios. In: BARROS, Joana; AUGUSTO, Acácio; DE BIAGGI, Gabriela (orgs.). **Memória obstinada**: a luta das mães de Osasco e Barueri. São Paulo: igma kniga, 2025, pp. 153-175.

NETO, Manoel. Canudos, palavras, imagens e desafios. In: NETO, Manoel.; DANTAS, Roberto. **Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo**: história oral temática. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2001, pp. 19-36.

NOGUEIRA, Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos**. São Paulo: companhia editora nacional, 1974.

PALLAMIN, Vera. **Arte, cultura e cidade**: aspectos estético-políticos contemporâneos. São Paulo: annablume, 2015.

PAOLI, Maria Celia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico; 1992, pp. 25-28.

PEREIRA, Paulo Roberto. Prefácio In: DA CUNHA, Euclides. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2014, pp. xxiii-xxx.

SANCHEZ, José António. **Ética y representación**. México, D.F: Paso de gato, 2016.

SANTOS, Jadilson Pimentel dos. **A arte e a arquitetura religiosa popular do Antônio Vicente Mendes Maciel, o Bom Jesus Conselheiro**. Dissertação de mestrado. Salvador: UFBA, 2011.

TAVARES, Odorico. **Canudos**: cinquenta anos depois (1947). Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1993.